

# GENOCÍDIO E XENOFOBIA EM JOSUÉ 6? UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE O RELATO DA CONQUISTA DE JERICÓ

GENOCIDE AND XENOPHOBIA IN JOSHUA 6? AN  
EXPLORATORY ANALYSIS ON THE ACCOUNT OF THE  
CONQUEST OF JERICHO

¿GENOCIDIO Y XENOFOBIA EN JOSUÉ 6? UN ANÁLISIS  
EXPLORATORIO DEL RELATO DE LA CONQUISTA DE  
JERICÓ

## RUBEN MARCELINO BENTO DA SILVA

● Doutor e Mestre em Teologia pela Faculdades EST. Graduado em Letras pela Universidade Estácio de Sá. Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor nos cursos de Teologia de graduação e pós-graduação nas Faculdades EST.

## MARCELO DANTAS DA SILVA JÚNIOR

● Doutorando em Teologia Sistemática pela Faculdades EST. Pós-graduado em Cristianismo e Política pelo Instituto Jonathan Edwards.

## RESUMO

Este artigo busca evidências comprobatórias para as acusações de xenofobia e genocídio em Josué 6. Com base em estudos comparados e descobertas arqueológicas, avalia primeiramente as cinco principais teorias acerca da presença de Israel em Canaã. Para compreender o texto de Josué 6, observa os contextos literário e político de redação do livro. Sugere classificar o livro de Josué como uma hagiografia de estilo hiperbolizado. Quanto aos dois grandes problemas que motivam o artigo, xenofobia e genocídio, Raabe é a peça-chave para indicar ausência dessas duas práticas. A pesquisa foca apenas na tomada de Jericó, procurando demonstrar que se tratava de um pequeno forte militar, possivelmente com pouco mais de 100 pessoas.

**Palavras-chave:** Xenofobia. Genocídio. Raabe. Josué. Israel em Canaã.

## ABSTRACT

This article seeks supporting evidence for the accusations of xenophobia and genocide in Joshua 6. Based on comparative studies and archaeological discoveries, it first evaluates the five main theories about Israel's presence in Canaan. To understand the text of Joshua 6, observe the literary and political context in which the book was written. He suggests classifying the Book of Joshua as a hagiography with a hyperbolized style. As for the two major problems that motivate the article, xenophobia and genocide, Rahab is the key to indicating the absence of these two practices. The research focuses only on the capture of Jericho, seeking to demonstrate that it was a small military fort, possibly with just over 100 people.

**Keywords:** Xenophobia. Genocide. Rahab. Joshua. Israel in Canaan.

## RESUMEN

Este artículo busca evidencia que respalde las acusaciones de xenofobia y genocidio en Josué 6. Con base en estudios comparativos y descubrimientos arqueológicos, primero evalúa las cinco teorías principales sobre la presencia de Israel en Canaán. Para comprender el texto de Josué 6, observe los contextos literarios y políticos en los que se escribió el libro. Sugiere clasificar el libro de Josué como una hagiografía con un estilo hiperbolizado. En cuanto a los dos grandes problemas que motivan el artículo, la xenofobia y el genocidio, Rahab es la clave para indicar la ausencia de estas dos prácticas. La investigación se centra únicamente en la captura de Jericó, buscando demostrar que se trataba de un pequeño fuerte militar, posiblemente con poco más de 100 personas.

**Palabras clave:** Xenofobia. Genocidio. Rahab. Josué. Israel en Canaán.

## INTRODUÇÃO

Poucos livros na Bíblia são tão provocantes ao leitor e à leitora contemporâneos como Josué. Seja pelo registro das batalhas majestosas, seja por algum outro motivo, cada capítulo do sexto livro do cânon bíblico consegue retirar do lugar-comum a pessoa que lê e trazê-la para dentro da narrativa. Na verdade, ela não apenas submerge no oceano de temas abordados, mas também acaba inevitavelmente ocupando o papel de árbitro, aquilatando as situações abordadas e julgando as tomadas de decisão como certas ou erradas, éticas ou não, válidas ou desnecessárias.

Por um lado, isso é bom. Mostra como uma obra escrita há tantos anos ainda é capaz de mexer com aqueles e aquelas que se propõem a lê-la. Por outro lado, é preocupante. Analisar decisões tomadas sem compreender os motivos pelos quais estas se materializaram pode levar a conclusões equivocadas. Dessa forma, compreender os contextos — dos personagens, do redator, do público inicial — é basilar para uma avaliação justa do enredo.

Dentro dessa problemática, o relato da conquista de Jericó, contido no capítulo seis, ganha proeminência. Por se tratar de uma história de guerra, com uma vitória inesperada e improvável, o texto acaba atraindo a atenção de estudiosos de diversos campos. Alguns creem se tratar de uma descrição xenófoba e genocida; outros de uma grandiosa vitória sobrenatural. Afinal, o que houve em Jericó? O que pode ser dito a partir do avanço proporcionado pelos estudos bíblicos nos últimos anos? Houve xenofobia? Ocorreu genocídio?

A fim de responder a essas perguntas, este artigo será dividido em quatro partes. Na primeira, analisar-se-ão, de forma panorâmica, as principais teorias que propõem explicar a presença de Israel em Canaã; em seguida, avaliar-se-á o livro de Josué, seu propósito e contexto; na terceira parte, oferecer-se-ão algumas respostas, principalmente a partir da figura de Raabe; por último, nas considerações finais, destacar-se-ão as conclusões obtidas, bem como alguns apontamentos para futuras pesquisas.

## AS TEORIAS ACERCA DA PRESENÇA DE ISRAEL EM CANAÃ

Quando feitos em caráter científico, os estudos comparados costumam dialogar com outras áreas do conhecimento humano, desejando discutir afirmações em comum dentro do princípio da transversalidade e interdisciplinaridade. O século XX, em especial,

trouxo contribuições significativas para a área da teologia a partir dos achados arqueológicos, dos novos estudos antropológicos e sociológicos e das novas metodologias exegéticas (Walton, 2021). Assim, múltiplas teorias foram construídas a fim de explicar ou dinamitar a crença da entrada dos israelitas em Canaã. A seguir, apresentar-se-ão panoramicamente as cinco teorias mais utilizadas ao longo dos anos.

## A conquista-relâmpago

Inicialmente esse modelo defendeu uma abordagem quase *ipsis litteris* do texto bíblico. Em um mundo pós-Primeira Guerra, W. F. Albright e seus discípulos iniciaram escavações em sítios arqueológicos cujos achados poderiam confirmar a veracidade historiográfica da conquista israelita. Os dados encontrados nas expedições levaram seus proponentes à teoria de que a destruição das várias cidades-Estado<sup>1</sup> seria concernente ao século XIII a.C. Para eles, as evidências arqueológicas, até então, confirmavam a concepção bíblica de uma conquista militar (Provan; Long; Longman III, 2016, p. 215). Entretanto, ao longo do tempo, quando as descobertas arqueológicas foram escrutinadas com maior rigor, comprovou-se que as cidades-Estado não foram destruídas instantaneamente ou num espaço curto de tempo. Pelo contrário, verificou-se que essas destruições ocorreram entre o final da Idade do Bronze (1130 a.C.) e o início da Idade do Ferro I (1130-1050 a.C.) (Dietrich; Kaefer, 2022, p. 44).

Atualmente essa teoria está desacreditada entre os principais estudiosos e dificilmente é levada em consideração nos estudos bíblicos. Trata-se de um ponto de vista alinhado com uma leitura confessional e simplista do texto.

## A infiltração pacífica

Paralelamente aos apontamentos de Albright e seus discípulos, Albrecht Alt também iniciou seus estudos no livro de Josué. Entretanto, diferentemente daquele, este optou por um diálogo aberto com a crítica bíblica, especialmente com a abordagem de Julius Wellhausen, cuja conclusão apontava para a ausência de valor histórico no escrito bíblico. Alt, assim, entendeu que precisava explorar as tradições etiológicas pré-literárias de Josué pois, dessa forma, conseguiria ter um vislumbre do período de colonização da terra (Dozeman, 2015, p. 9).

<sup>1</sup> Cidades como Betel, Debir, Hazor e Laquis.

O ponto nevrálgico dessa teoria encontrava-se no fato de que a entrada de Israel em Canaã não teria sido rápida ou militarizada, mas, sim, lenta, gradual e pacífica em boa parte do processo (Provan; Long; Longman III, 2016, p. 217-218). Alt compreendeu que o desenvolvimento das tribos de Israel se deu em locais afastados das cidades-Estado canaanitas, entre 1500 e 1150 a.C. (Dietrich; Kaefer, 2022, p. 44). A infiltração pacífica, portanto, teria sido feita através de um movimento pendular realizado por pastores que levavam seus rebanhos das bordas do deserto para as montanhas durante o verão e retornavam com eles para o deserto no inverno. Aos poucos, de forma gradual, os pastores teriam estabelecido assentamentos nas montanhas e iniciado produção agrícola. É somente num segundo momento, numa fase mais expansionista, que os confrontos bélicos teriam ocorrido com as cidades-Estado canaanitas (Finkelstein; Silberman, 2018, p. 109-110).

O problema dessa teoria, em concomitância com a teoria da conquista-relâmpago, está na documentação arqueológica produzida nas últimas décadas, que comprova a existência da pecuária de transumância na região da Palestina durante a época considerada (Dietrich; Kaefer, 2022, p. 45).

## A revolta dos camponeses

Diferentemente das teorias acima, cujas análises apontavam para um movimento populacional exógeno a Canaã, essa teoria da revolta dos camponeses parte de uma coadunação entre canaanitas e estrangeiros e pode ser dividida em duas fases: a primeira, nos anos 1960, com George E. Mendenhall, e a segunda, em 1979, com Norman K. Gottwald.

Em 1962, Mendenhall estabelece todo o fulcro epistemológico da sua hipótese na unidade religiosa (javista) como o fator determinante para a solidariedade e coesão social dos camponeses que, assim, teriam superado as crenças e religiões tribais a fim de estabelecer um eixo em comum. Aqui o elemento religioso é superior ao fator étnico. Os camponeses que outrora haviam sido abusados e oprimidos pelos suseranos se revoltaram contra os poderosos (Provan; Long; Longman III, 2016, p. 219-220). O fator religioso da teoria explicaria o porquê de o texto bíblico enfatizar o tema da Aliança, mas falharia em mostrar como apenas o javismo seria o elemento unificador (Provan; Long; Longman III, 2016, p. 223).

Intentando melhorar a abordagem de Mendenhall, Gottwald propôs uma metodologia socioanalítica. Sua abordagem escrutina a concepção de uma revolta dos marginalizados contra os opressores visando a uma revolução social igualitária. Num primeiro momento,

os camponeses rebeldes fugiram das cidades de Canaã para as terras altas vazias. Numa fase posterior, um grupo vindo do Egito teria trazido o javismo e a proposta de uma sociedade igualitária, menos estratificada e rígida (Finkelstein; Silberman, 2018, p. 112).

A teoria da revolta camponesa foi criticada por pensadores diversos. Israel Finkelstein, por exemplo, faz uma análise a partir dos achados arqueológicos e aponta que “[...] a cultura material dos novos povoados era completamente distinta da cultura das terras baixas canaanitas; se os assentados tivessem sido refugiados das terras baixas, esperaríamos ver, pelo menos, mais similaridade nos estilos de arquitetura e cerâmica” (Finkelstein; Silberman, 2018, p. 112). Já outros relembram que não existe relação direta entre igualitarismo e nomadismo, ou seja, “[...] o nomadismo necessariamente não implica nem requer o igualitarismo” (Provan; Long; Longman III, 2016, p. 221).

Assim, por mais que a teoria tenha sido atraente em determinado momento, hoje ela já não dispõe de muitos defensores.

## A Teoria Cíclica

Tendo como principal nome o arqueólogo Israel Finkelstein, essa teoria parte da ideia de que “[...] o surgimento do Israel mais antigo foi decorrência e não causa do colapso da cultura cananea” (Finkelstein; Silberman, 2018, p. 118). Em outras palavras, Finkelstein tanto nega qualquer possibilidade de êxodo em massa, como descrito na Bíblia, como também não acredita nos relatos das conquistas violentas registradas em Josué. Para ele, os israelitas não seriam etnicamente diferentes dos canaanitas, pelo contrário, eles seriam canaanitas (Finkelstein; Silberman, 2018, p. 118). Isso, inclusive, ajudaria a explicar a menção do faraó Merneptah a Israel na estela do século XIII a.C. (Dietrich; Kaefer, 2022, p. 50).

Tendo em vista o trânsito migratório do período, a teoria assinala que a subsistência das populações da região montanhosa central se deu através da atividade pastoril durante alguns séculos e, durante outros, através da atividade agrícola. Essas flutuações teriam sido motivadas por transformações políticas, econômicas e sociais (Provan; Long; Longman III, 2016, p. 224-225).

Costumam-se apontar, entretanto, algumas dificuldades na abordagem da teoria cíclica. Se todo o Israel era canaanita, como explicar ausência de ossos de porcos (característica esta amiúde vinculada à prática dietética do Israel tardio) nas escavações? (Provan; Long; Longman III, 2016, p. 222-223; Longman III, 2021). Outra dificuldade é a afirmação de Finkelstein

sobre a cerâmica encontrada nos estudos arqueológicos não possuir variação no estilo, o que seria mais um sinal a favor da teoria (Finkelstein; Silberman, 2018, p. 90). A entrada dos israelitas em terras canaanitas, entretanto, não necessariamente deveria ser acompanhada de uma mudança no estilo de cerâmica ou de tecnologia. Lawson Younger, Jr., estudioso do Antigo Oriente Próximo, realizou um recente trabalho mostrando que incursões aramaicas na Síria no século XIII a.C. e XII a.C., e dos amorreus na Mesopotâmia não produziram indicações de alteração na tecnologia usada na cerâmica (Longman III, 2021).

Quanto às observações acima, uma pergunta naturalmente surge: por que a ausência de mudança (portanto, ausência de uma peculiaridade) no estilo de cerâmica não representaria um dado importante para considerar o possível vínculo entre canaanitas e israelitas, mas a existência do costume aparentemente exclusivo de abolir o porco da dieta do grupo (portanto, a presença de uma peculiaridade) deveria ser admitida como prova cabal contra qualquer liame? Num caso, a peculiaridade é descartada e, no outro, acatada? Sob que critério? Grupos separados, mas com algum parentesco, não precisam necessariamente partilhar todos os traços culturais. Portugueses e brasileiros, por exemplo, partilham similaridades e diferenças culturais.

Considere-se o argumento de Lawson Younger, Jr. acerca das incursões aramaicas na Síria. Se é verdade que a intervenção externa não trouxe modificação da cultura material local, isso não obriga a que se constitua esse caso como regra para analisar outros cenários de conflagração na região do Levante. Ademais, se se tem evidências de que não houve uma ruptura completa com a cultura material dos centros canaanitas entre os novos assentamentos surgidos a partir do século XII a.C. na zona montanhosa central da Palestina (Peetz, 2022, p. 66-68; 72-74) — e que se supõe estarem ligados ao Israel posterior apresentado pela Bíblia —, por que deveria ser qualificada como inviável a hipótese de que Israel deriva, em parte, do próprio território de Canaã? A posição de Lawson Younger, Jr. não parece oferecer, de fato, uma objeção satisfatória.

Por seu turno, a evidência acerca dos ossos de porcos de forma alguma é conclusiva. No âmbito da pesquisa zooarqueológica, conforme Sapir-Hen (2019), durante a Idade do Ferro I (1130-950 a.C.)<sup>2</sup>, observou-se um contraste entre sítios nas regiões montanhosas de norte a sul, onde não se encontraram indícios de consumo de carne de porco, e sítios nas terras baixas, correspondentes a centros urbanos filisteus, nos quais as frequências de porcos eram

<sup>2</sup> Para a cronologia, ver Sapir-Hen *et al.* (2013).

relativamente altas. De modo surpreendente, porém, sítios filisteus em âmbito rural também não apresentaram traços de criação ou consumo de carne de porco. Para explicar essa diferença, sugeriu-se que o porco era uma fonte confiável de carne para atender à população migrante nos centros urbanos por se tratar de um alimento comum e de fácil transporte. Nos sítios rurais, menos povoados, pode ter se consolidado uma dependência maior da criação de gado. Na Idade do Ferro IIB (780-680 a.C.), constatou-se uma dicotomia no consumo de carne de porco entre Israel Norte e Judá. Enquanto Judá, de maneira geral, conservou a tendência de evitação do porco, Israel Norte experimentou um aumento significativo no consumo desse alimento. Como possível causa dessa intensificação, propôs-se que o grande crescimento populacional teria gerado a necessidade de carne rápida e acessível.

Sapir-Hen *et al.* (2021) chamam atenção ainda para o fato de que restos de porcos, mesmo que bastante exíguos, foram recuperados em escavações da Idade do Ferro II em Jerusalém e em outros sítios de Judá. Isso sugere que, eventualmente, houve consumo de porcos na região. Inclusive, referente à Idade do Ferro IIB, escavou-se um edifício na encosta oriental da Cidade de Davi e ali foi encontrado o esqueleto inteiro de um porco, com idade estimada inferior a sete meses no momento da morte, causada por um desmoronamento. Na respectiva sala onde se realizou o achado, havia restos de mamíferos, aves e peixes, cujas condições indicavam preparação para o consumo. Diante de tudo isso, entre outras conclusões, questionou-se o uso do porco como marcador para distinguir categoricamente sítios israelitas e não israelitas do Levante Meridional no decorrer da Idade do Ferro.

Pode-se dizer, então, que a Teoria Cíclica, abraçada por muitos estudiosos, mantém-se bastante razoável.

## O Colapso Geral dos Sistemas

A última teoria conta com um importante grupo de especialistas como Baruch Halpern, Donald Redford, Thomas Thompson e William Dever, e propõe um processo de assentamento arvorado na inter-relação de diferentes povos oriundos de várias partes (do Egito, de Canaã, da Síria), que, ao longo dos anos, acabaram aglutinando-se e formando, assim, o antigo Israel (Dever, 2003).

William Dever criou uma analogia com as ciências naturais a fim de descrever as sociedades humanas. Da mesma forma que um organismo vivo pode ir a óbito se um dos seus sistemas de manutenção (respiratório, digestório, etc.) começar a degradar, as sociedades

humanas podem entrar em colapso caso enfrentem alterações nas estruturas socioeconômicas e políticas, mudanças demográficas e contatos externos. Nesse contexto, o arqueólogo levanta a possibilidade de algum colapso ter ocorrido na cultura canaanita no final da Idade do Bronze Tardia, constituindo-se como causa primária para o movimento migratório dos marginalizados para a região montanhosa central (Dever, 2020).

Concomitantemente à teoria cíclica, os defensores da teoria do colapso não acreditam que as cidades-Estado canaanitas tenham sido conquistadas como o texto bíblico descreve. Ou seja, Dever e seus pares rejeitam qualquer campanha militar israelita nos moldes bíblicos.

Para os autores deste artigo, ela fornece argumentos mais satisfatórios do que as anteriores. Considerar-se-á, por isso, que o Israel primitivo resultou do ajuntamento de diferentes povos oriundos de várias partes, cujo assentamento ocorreu na região montanhosa central de Canaã.

Não se compartilhará, porém, a perspectiva da ausência de conquista, uma vez que, como se verá mais à frente, o texto bíblico possivelmente oferece boas razões para que se admita uma ocorrência bélica relacionada a Jericó. Neste artigo, portanto, assume-se que pode haver um diálogo frutífero entre a arqueologia e o material bíblico. Considera-se, assim, que a Bíblia pode fornecer indícios confiáveis para uma proposta de reconstituição do Antigo Israel, sem deixar de lado que os documentos que a compõem “[...] exibem claras evidências de trabalho editorial, acréscimo de textos ao longo do tempo e representação histórica por motivos literários, retóricos e de contextualização” (Benítez, 2013, p. 317)<sup>3</sup>.

## O LIVRO DE JOSUÉ

O objetivo de qualquer escrito é transmitir uma mensagem a um receptor. Os livros bíblicos não fogem à regra. Dessa forma, compreender elementos como datação, contexto cultural, gênero literário predominante e ambiente político-social ajuda a reconstruir hipoteticamente o pano de fundo histórico no qual o emissor e o interlocutor estavam situados.

---

3 [...] tienen claras evidencias de trabajo editorial, acreción de los textos en el tiempo y representación histórica por motivos literarios, retóricos y de contextualización.

## O contexto histórico e a finalidade da composição do livro

Desde que John Van Seters (1990) demonstrou o caráter dependente da narrativa de Josué dos escritos de guerra assírios, parece haver pouca dúvida sobre o período de composição do livro. Entretanto, quanto ao século, ainda há algumas questões. Para Kurt Noll (2007), por conta da forte relação que parece existir entre Josué 10 e a invasão de Senaqueribe, não há a menor possibilidade de imaginar o livro como um escrito anterior ao século VII a.C., podendo até mesmo ter sido produzido no século VI a.C. Por outro lado, Thomas Römer (2008, p. 88-89) retrocede um século e enxerga plausibilidade para o relato da conquista ser do século VIII a.C. ou VII a.C.

Uma alternativa seria situar o início da redação ainda no final do período de Ezequias (século VIII a.C.), uma vez que é durante o seu reinado que a centralização do culto em Jerusalém ocorre com maior fervor, e o desenvolvimento e a conclusão do livro no reinado de Josias (VII a.C.), que se preocupou significativamente mais com a “purificação” do povo (Thompson, 1982, p. 53). Desse modo, a composição do texto situar-se-ia após o Reino do Norte (Israel) ter sido invadido e conquistado pelo império neoassírio no final do século VIII a.C. Aqueles que conseguiram fugir da opressão imperial estabeleceram-se no Reino do Sul (Judá) e ali se coadunaram com os judaítas.

Nesse contexto, o livro de Josué funcionaria como uma resposta aos acontecimentos do século VIII a.C. e VII a.C., possuindo claramente objetivo de propaganda na narração dos eventos. Na verdade, serviria de contrapropaganda às potências dominadoras, em especial, a neoassíria (Baumann, 2011, p. 112, 123). Tratar-se-ia de um texto político-religioso em que o personagem central da trama, Josué, se apresenta como líder da resistência contra os reis e as grandes cidades-Estado; aquele que encoraja o povo de YHWH a ser forte e corajoso (Josué 1,9) contra a opressão dos poderosos (Dozeman, 2015, p. 94). Aliás, a contrapropaganda era um gênero bem comum no Antigo Oriente Próximo e tinha como função inverter o enredo de uma obra anterior a fim de apresentar uma perspectiva alternativa ao discurso dominante. Eram manipulações significativas de textos antigos com o intuito de adaptá-los às necessidades do interlocutor (Walton, 2021).

Especificamente em Josué, qual seria a finalidade dessa contrapropaganda? Gerlinde Baumann (2011, p. 122-124) destaca três importantes aspectos: (1) criar uma identidade central para o povo: a força de Israel vem de YHWH e não de si; (2) desconstruir os textos propagandísticos do império neoassírio; (3) lembrar ao povo que clamar o auxílio violento de YHWH

em favor da justiça, às vezes, faz-se necessário. É ainda possível acrescentar um quarto ponto: promover o senso de adoração única a YHWH.

No livro de Josué não se nega a existência de outros deuses e outras deusas e sua adoração na Palestina. Israel tem de se decidir entre a adoração dessas divindades e o culto a Javé. Ambos são irreconciliáveis entre si. Por conseguinte, Israel pode adorar unicamente Javé como seu Deus (monolatria). O culto a outras divindades em Israel é qualificado como idolatria e revolta contra Javé (Niehr, 2003, p. 175).

Ora, uma vez que o escritor<sup>4</sup> quis redigir um contradiscurso à principal potência da época, teria sido natural a cooptação dos elementos estilísticos, retóricos e literários utilizados pelos neoassírios para a confecção do texto. Lawson Younger, Jr. (1990, p. 220-235) comparou os relatos de guerra de Josué com os textos de batalha de outros povos do Antigo Oriente Próximo e encontrou muitas semelhanças. A redação bíblica segue de perto a prática literária comum do seu tempo como, por exemplo, a descrição de várias batalhas ocorridas em um único dia (ou em uma única campanha); o uso de linguagem figurada e hiperbolizada (isso será desenvolvido na análise de Josué 6); a ênfase na vitória e aniquilação total do adversário.

Sendo assim, ler os escritos de Josué de forma literalista é errar significativamente na exegese do texto. Aqui talvez seja interessante utilizar a classificação literária proposta pela hermenêutica filosófica de Nicholas Wolterstorff, que observa caráter hagiográfico<sup>5</sup> no sexto livro bíblico.

4 Não há consenso sobre a questão redacional entre os eruditos — alguns (“Neonothianos”) defendem um único redator final, enquanto outros se posicionam a favor de múltiplos redatores (Rudolf Smend e outros). Neste artigo, embora a ênfase recaia sobre uma redação durante o governo de Josias, reconhece-se que há bons argumentos para situar a redação final tanto na época de Josias quanto no período exílico. A linguagem de contrapropaganda e de fidelidade exclusiva a YHWH aponta para a primeira possibilidade, mas um texto como Josué 23, que ameaça com o desaparecimento de Israel da terra em caso de infidelidade, claramente sugere a época do exílio ou até do pós-exílio. Para mais detalhes, ver Römer (2008).

5 Hagiografia é um tipo de escrito sagrado que se refere a certos relatos idealizados e, às vezes, exagerados de acontecimentos.

Minha sugestão é que o livro de Josué deve ser lido enquanto uma narração teológica orientada, estilizada e hiperbolizada em pontos importantes, dos primeiros conflitos de Israel na Terra Prometida, com a história dessas batalhas sendo emoldurada por descrições de dois grandes eventos ritualizados. A história como um todo celebra Josué como um grande líder do seu povo, fiel a Yahweh, um sucessor digno de Moisés. Se nós tirarmos da palavra hagiografia o seu sentido negativo, podemos chamar o texto de um relato hagiográfico das façanhas de Josué. O livro não é para ser lido como uma reivindicação de que Josué conquistou toda a Terra Prometida e nem é pra ser lido como se reivindicasse que Josué exterminou ao fio da espada a população inteira de todas as cidades baseado na ordem de Yahweh para fazê-lo (Wolterstorff, 2010, p. 252-253; tradução nossa).<sup>6</sup>

Livrar-se do aspecto negativo é entender que o relato de forma alguma intenciona ludibriar o leitor, como se a história fosse falsa ou mentirosa. O uso de certos exageros no texto funciona unicamente como um recurso retórico do escritor para destacar o acontecimento. Com isso, pode-se concluir que o sexto livro bíblico é uma contrapropaganda hagiográfica, cujos destaques são Israel (e não a Assíria), Josué, o grande líder nas conquistas (e não Senaqueribe), e YHWH (e não Assur, deus da Assíria).

Uma vez entendido o objetivo do livro e o estilo literário usado, torna-se plausível o constructo epistemológico das conquistas israelitas em Canaã, presumindo-se que a redação de Josué só teria sentido existencial para o povo no século VIII a.C. ou VII a.C. se, no passado, no século XIII a.C. ou XII a.C., seus antepassados tivessem realmente participado de conquistas marcantes e perpetuado esses acontecimentos para gerações seguintes através de narrativas orais. Até mesmo críticos como Israel Finkelstein precisam admitir a possibilidade de que algumas conquistas no passado, ainda que não correspondam exatamente às descrições dos textos bíblicos, tenham sido transmitidas como fundacionais para a identidade israelita (Finkelstein; Silberman, 2018, p. 100-101). Isso significa que a redação bíblica hiperbolizada

<sup>6</sup> *My suggestion is that the book of Joshua has to be read as a theologically oriented narration, stylized and hyperbolic at important points, of Israel's early skirmishes in the promised land, with the story of these battles being framed by descriptions of two great ritualized events. The story as a whole celebrates Joshua as the great leader of his people, faithful to Yahweh, worthy successor of Moses. If we strip the word 'hagiography' of its negative connotations, we can call it a hagiographic account of Joshua's exploits. The book is not to be read as claiming that Joshua conquered the entire promised land, nor is it to be read as claiming that Joshua exterminated with the edge of the sword the entire population of all the cities on the command of Yahweh to do so.*

obviamente exagera os relatos dos antepassados com o propósito de fazer resistência às descrições de vitórias e conquistas do poderoso Império Neoassírio. Se, por conseguinte, os estudiosos intentarem ler as conquistas em Canaã sem reconhecer o seu gênero literário, encontrarão inúmeras dificuldades, principalmente no tocante aos achados arqueológicos. Um exemplo disso é a conquista de Jericó, da qual se falará na próxima subseção.

## A conquista de Jericó

Frequentemente se imagina essa história a partir de concepções quase “hollywoodianas”: o exército de Josué se depara com uma grandiosíssima cidade, com milhares de moradores, cercada por muralhas gigantescas e intransponíveis. De fato, alguns intérpretes, inflamados pelo literalismo e por uma exegese descuidada, propagaram as descrições de Êxodo 13 e Números 26 como autênticas aferições populacionais de Israel. Chegou-se, assim, a considerar que o número de israelitas invadindo Jericó teria sido da ordem de dois milhões (Boice, 2020).

Existem muitos erros em afirmações como essa. Há poucos anos, Richard Hess expôs uma detalhada exegese sobre o relato da conquista de Jericó que evidencia o equívoco no pensamento literalista. Três análises em seu estudo são basilares para a discussão: léxica, geográfica e histórica, as quais se relacionam num interessante processo construtivo.

Primeiramente, de acordo com a análise léxica do vocábulo *’ēlef*, que aparece em Josué 8,25 e em Números 31,5, há três possibilidades interpretativas: clã, líder de unidade militar ou milhares de pessoas. À luz das evidências arqueológicas, parece ser equivocado priorizar a tradução de *’ēlef* por “milhares” (Hess, 2008, p. 43). Dependendo do contexto, talvez seja mais apropriado utilizar “clã”, como foi feito em Números 31,5, ou até mesmo “líder de uma unidade militar”. Isso serviria, inclusive, para outros livros. Em Números 1,46, costuma-se traduzir a expressão numérica *shēsh-mē’ōt ’ēlef ūsh’lōshet ḥāfīm wah’-mēsh mē’ōt wah’-mishshim*, referente ao total de israelitas aptos para a guerra que foram recenseados sob a liderança de Moisés, por 603.550.<sup>7</sup> Percebe-se que *’ēlef* foi vertido como “milhares”, embora esse número extremamente alto fosse suficiente para promover uma revolução social dentro do Egito, a ponto de não haver necessidade de êxodo. Se, contudo, o vocábulo for entendido como “líder militar”, tem-se, então, 603 líderes militares, tornando, assim, a situação muito mais plausível (Provan; Long; Longman III, 2016, p. 202). Uma vez entendido, portanto, que Josué é um escrito hagiográfico, é mais factível não compreender as ocorrências do vocábulo *’ēlef* como designando milhares de guerreiros. É mais razoável e crível assumir que

<sup>7</sup> Um exemplo é a Bíblia de Jerusalém (2002, p. 203).

o texto bíblico esteja afirmando que, incluindo homens, mulheres e crianças, apenas uns poucos milhares de israelitas adentraram em Canaã, ao contrário do que sugere a hermenêutica literalista, a saber, um povo com dois milhões de pessoas!

Em segundo lugar, como uma derivação da primeira análise, as características de Jericó são trazidas à baila. Ora, se o número de soldados de Israel não era grande, por que o exército da cidade de Jericó não o dizimou? É possível que Jericó fosse um pequeno forte militar e não uma grande cidade populacional. Estabelecer aqui um diálogo entre as análises léxica e geográfica será de grande valia. Em Josué 6,3, a palavra *hā'îr*, que se traduz por “a cidade”, aparece treze vezes nesse capítulo (às vezes com o artigo, às vezes sem). A princípio, “*îr* indica uma povoação permanente sem referência a tamanho ou situação política” (Schultz, 1998, p. 1111). O termo surge pela primeira vez três capítulos antes, em Josué 3,16, com a função de descrever não uma cidade grandiosa, mas, sim, Adam, uma pequena cidade no vale do Jordão (Hess, 2008, p. 35). Outras ocorrências bíblicas são significativas. Em Gênesis 19,20, Ló suplica ao mensageiro de YHWH que lhe permita fugir para Zoar, indicando-a como “aquela cidade próxima *hā'îr hazzōt q'rōvâ*, que é pequena *w'hi miš'âr*. No livro de Eclesiastes (9,14), emprega-se a expressão *îr q'tannâ*, “uma pequena cidade”. Até aqui já há bons indícios para olhar a imagem “hollywoodiana” de Jericó com mais cuidado. Além disso, quando outras passagens do Antigo Testamento são observadas, como 2 Samuel 5,7.9 e 1 Crônicas 11,5.7, percebe-se que o substantivo *îr* amiúde está claramente associado a uma fortificação militar. Hess (2008, p. 35) é sucinto e objetivo: “A evidência sugere que *îr* às vezes pode designar aquilo que é primariamente um forte” (tradução nossa).<sup>8</sup> Outro detalhe textual também favorece essa interpretação: o fato de os soldados de Israel rodearem Jericó sete vezes no último dia da campanha militar (Josué 6,15) dificilmente seria possível se esta fosse realmente uma grande cidade. Ademais, a área geográfica de Jericó seria mais um ponto importante para considerá-la um pequeno forte militar. Embora não se tenha certeza do seu posicionamento, é provável que o forte estivesse estabelecido numa zona estratégica.

Jericó está situada no início de várias das principais estradas que vão do Vale do Jordão até a região montanhosa central. A mais famosa dessas estradas é a estrada do sul que chega a Jerusalém. Outra rota mais ao norte conduz a Ofra. Entre elas, duas estradas correm do oeste até Betel (Dorsey, 1992 *apud* Hess, 2008, p. 36, tradução nossa).<sup>9</sup>

8 *The evidence suggests that *îr* can at times designate what is primarily a fort.*

9 *Jericho is situated at the beginning of several of the main roads that run from the Jordan Valley into the central hill country. The most famous of these roads is the southern road that reaches Jerusalem. Another more northern route leads to Ophrah. Between them, two roads run westward to Bethel.*

Por fim, as cartas de Tell el-Amarna, oriundas do século XIV a.C., nas quais há diversas solicitações de ajuda (por parte de diferentes cidades-Estado canaanitas) ao faraó Amenhotep IV, ajudam a criar um paralelismo populacional (Kaefer, 2020, p. 51). O cerco a Meguido (Magidda) é um bom exemplo:

[...] Veja, a cidade está consumida pela epidemia e pela peste. Portanto, que o rei, por favor, (nos) conceda uma guarnição de cem soldados para proteger sua cidade. Não deixe Lab'ayu tomá-la. Uma vez que Lab'ayu *não tem outra intenção. Ele procura a destruição de Magidda* (Kaefer, 2020, p. 96).

Ora, a quantidade solicitada (cem soldados) necessariamente exige duas pressuposições: (1) o número de invasores precisaria ser relativamente pequeno; do contrário, cem soldados não ajudariam em nada; (2) o número de soldados de Meguido precisaria ser igual ou menor a cem soldados, uma vez que, se fosse maior, possivelmente não haveria necessidade de socorro.

Em outra carta, Jerusalém (cidade próxima a Jericó) faz ao Egito uma solicitação de um contingente militar ainda menor: 50 homens (Hess, 2008, p. 42). Assim, mesmo que haja uma distância de um século entre a conquista de Jericó e as cartas de Amarna, é plausível admitir que houvesse uma quantidade pequena de habitantes nessas localidades. Levando em consideração que Jericó era menor que as cidades mencionadas, não seria absurdo algum estimar que o destacamento de soldados de prontidão para defender a localidade fosse da ordem de cem pessoas (Hess, 2008, p. 42).

Isto posto, pode-se assumir que a “grande” conquista de Israel ocorreu não contra uma imponente, majestosa e populosa cidade, mas, sim, contra um forte militar, cuja defesa era composta por “poucos” soldados. Foi literalmente uma invasão a uma base bélica cujo conjunto de pessoal em operação era modesto.

Há também o problema da muralha de Jericó. Com base nos achados arqueológicos, concluiu-se que Jericó já estava destruída havia cerca de duzentos anos antes do período em que se costuma postular a presença de Israel na região, isto é, por volta de 1200 a.C. (Kaefer, 2012, p. 49-50). Mazar (2003, p. 325) assinala que houve um assentamento no local durante a Idade do Bronze Tardia (na cronologia adotada pelo autor, 1550-1200 a.C.), porém não se encontraram sinais de fortificações. Enquanto autores como Bright (1980,

p. 167) e Mazar (2003, p. 325) recomendam uma espécie de “suspensão de juízo”, a fim de evitar uma negação precipitada de um provável núcleo histórico na base da narrativa de Josué, Berlejung (2024) aposta numa leitura semiótica, considerando que as ruínas das fortificações da Idade do Bronze Média (na cronologia adotada pela autora, 2000/1950-1550/1500 a.C.) teriam servido essencialmente como terreno para a remodelação da memória acerca da identidade judaíta entre os séculos VIII e VI a.C., agregando construções conceituais antitéticas, tais como “Israel *versus* Canaã”.

De fato, já se apontou que as narrativas de conquista refletiriam pretensões ideológicas associadas ao governo do rei judaíta Josias no século VII a.C., as quais envolviam a anexação de antigos territórios de Israel Norte num período de enfraquecimento do Império Neoassírio: “[...] ele parece ter sido bem-sucedido em ocupar durante algum tempo a zona fronteira ao sul do antigo reino de Israel, de Jericó a Betel. Ora, trata-se aí exatamente do território que serve de teatro aos relatos de conquista detalhados em Josué 6-8” (Römer, 2010, p. 311-312). Mesmo que se reconheçam as marcas da linguagem militar neoassíria dos séculos VIII e VII a.C. na narrativa de Josué 6 (Römer, 2010, p. 311-312), talvez se possa igualmente acolher a possibilidade de ter existido uma memória antiga associada à conquista de uma ocupação militar de pequenas proporções, que teria ocorrido em tempos recuados, um resquício, quem sabe, das transformações ocorridas no final da Idade do Bronze, as quais envolveram o colapso do domínio egípcio e a crise das cidades-Estado das planícies de Canaã (Finkelstein; Silberman, 2003, p. 120-133; Dietrich; Kaefer, 2022, p. 46-50). Considerando o papel preponderante que os sacerdotes e a arca de YHWH ocupam na derrubada da muralha, é plausível cogitar uma integração de material sacerdotal ulterior<sup>10</sup>, no contexto da qual se tenha entrelaçado a lembrança remota das fortificações do sítio com uma teologia de cunho litúrgico e celebrativo.

Voltando à questão do número possivelmente pouco avantajado das pessoas em Jericó, isso não inibe a possibilidade de xenofobia e genocídio por parte dos israelitas. Em vista disso, torna-se indispensável atentar para a personagem principal do capítulo seis, Raabe, como forma de responder às perguntas que motivaram este artigo.

<sup>10</sup> Sobre a questão de material sacerdotal em Josué 1 – 12, ver Van Seters (2008, p. 333-340).

## RAABE: A PEÇA-CHAVE DE JOSUÉ 6

Uma das acusações mais graves feitas contra o Antigo Testamento é a de que este defende práticas genocidas e xenófobas. Em especial, o livro de Josué costumeiramente é apontado como um bom exemplo de tais práticas (Dawkins, 2007). O motivo pelo qual isso ocorre está na leitura literalista de determinadas perícopes do sexto livro da Bíblia. Particularmente, a conquista de Jericó não serve de parâmetro para acusações dessa natureza, como será visto abaixo.

### A acusação de xenofobia

Como visto no início deste artigo, o Israel primitivo foi formado pela “fusão” de vários povos provenientes de regiões diferentes. Até mesmo o texto bíblico dá pequenas amostras dessa amálgama. Por exemplo, quando se relata a saída do Egito, enfatiza-se o seguinte: “E também uma **grande mistura** subiu com eles, além de ovelhas e vacas, um gado de muito peso” (grifo nosso).<sup>11</sup>

Por um lado, é difícil, talvez, concluir que um povo *a priori* formado por proveniências diversas seria capaz de cometer xenofobia em Jericó. Por outro lado, uma formação nacional arvorada na diversidade étnica não é garantia de ausência de preconceito. Infelizmente, o Brasil serve como referência para esse tipo de suspeita. Mesmo tendo uma formação predominantemente composta por etnias ameríndias, africanas e europeias, o país mantém práticas de racismo e xenofobia — principalmente com imigrantes da África (Chade, 2022). Levando esses pontos em consideração, a análise da história de uma mulher estrangeira pode ajudar a responder à acusação de xenofobia e genocídio em Jericó.

Raabe, a taverneira canaanita, aparece pela primeira vez no capítulo dois do livro acolhendo e salvando os dois espias enviados por Josué para investigar o forte de Jericó. Assombrada com a notícia de que YHWH havia entregue aquela região aos israelitas, ela propõe um acordo para salvar a sua vida e a de seus familiares. Aqui se tem a desconstrução da ideia de xenofobia dos israelitas.

No capítulo seis, quando Jericó é invadida e conquistada, Raabe e sua família não só são salvas da destruição e da morte, mas também passam a fazer parte do povo de Israel (Josué 6,25). Há uma assimilação intencional e deliberada de uma estrangeira com o seu clã por parte dos invasores. Na verdade, a guerra contra as cidades-Estado nunca foi por motivo étnico; do contrário, pessoas como Raabe, e até mesmo os gibeonitas (Josué 9),

<sup>11</sup> Essa é uma proposta de tradução nossa para Êxodo 12,38 — (Elliger; Rudolph, 1990, p. 106).

não teriam sido poupadas da morte. A história de Raabe é um modelo positivo de inclusão (Dozeman, 2015, p. 397). Dessa forma, compreender xenofobia como motivo, seja primário ou secundário, para a conquista de Jericó não é adequado. Uma última questão, entretanto, precisa ser respondida: houve genocídio na invasão?

## A acusação de genocídio

Para analisar a possibilidade de genocídio na conquista de Jericó é basilar ter alguns parâmetros técnicos para aquilatar a questão. Um bom caminho é observar o entendimento de órgãos competentes em crimes contra a humanidade. A Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (CPRCG), no artigo dois, diz:

Na presente Convenção, entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com **a intenção de destruir, no todo ou em parte**, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como:

- a) matar membros do grupo;
- b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) submeter intencionalmente o grupo a condição de existência capazes [sic] de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;
- d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio de grupo;
- e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo (grifo nosso) (Brasil, 1952).

Dessa forma, o crime de genocídio ocorre quando há uma intenção clara e deliberada de extermínio de grupo – seja em sua totalidade ou em parte. Como provar essa intenção? Como conseguir escrutinar a intencionalidade de um indivíduo, grupo ou país numa situação dessa? Por envolver um aspecto subjetivo e hermenêutico, na prática, é extremamente difícil provar o dolo dos sujeitos ativos contra as vozes passivas (Campos, 2008). Assim, não poucas

vezes, as autoridades acabam estabelecendo um critério quantitativo para julgar a existência ou não de genocídio. Por exemplo, o *International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia* (ICTY), em 2004, em um dos casos envolvendo genocídio na antiga Iugoslávia, afirmou:

É bem estabelecido que, onde uma sentença de genocídio depende da intenção de destruir 'em parte' um grupo protegido, a parte precisa ser uma parte substancial desse grupo. O objetivo da Convenção contra o Genocídio é evitar a destruição intencional de grupos humanos inteiros, e a parte que se pretende destruir precisa ser significativa o suficiente para ter um impacto no grupo como um todo (Copan; Flannagan, 2020, p. 158).

Com esses dois critérios práticos — (1) parte substancial do grupo e (2) impacto no grupo como um todo —, pode-se avaliar objetivamente a tomada do forte de Jericó.

Como foi visto, Jericó possivelmente era um forte militar composto por uma guarnição de poucos soldados — talvez na ordem de uma centena — e por não militares (como Raabe e a sua família). Dessa forma, o número de mortes na guerra contra os israelitas foi extremamente baixo. O fato de Israel ter deliberada e intencionalmente poupado a vida Raabe e sua família ilumina bastante a questão e demonstra ausência de disposição para aniquilar totalmente os canaanitas. É um exemplo de preservação e honradez ao acordo firmado conforme o relato de Josué 2.

Pode-se ainda argumentar que o clã de Raabe foi poupado devido à sua conversão à fé javista, o que automaticamente levaria a uma conclusão de genocídio dos militares do forte por motivo religioso. Há alguns problemas nessa linha de pensamento. Primeiramente, a ideia de um YHWH único em Judá começa a surgir (no mínimo) a partir do reinado de Josias (século VII a.C.) (Smith, 2006, p. 168). Tanto para a época dos patriarcas (Walton, 2021) quanto para o período pré-monárquico (Smith, 2006, p. 168), costuma-se falar em monolatria, embora isso venha sendo contestado por tendências acadêmicas recentes.<sup>12</sup> Em segundo lugar, havia

<sup>12</sup> “Dos patriarcas e matriarcas não sabemos muito além de seus nomes, sua provável origem pastoril e os locais onde se estabeleceram. Seu culto era vinculado ao grande Deus El, mas a vida cotidiana estava orientada pelo culto aos Deuses familiares, os Elohim, que muito provavelmente eram ancestrais divinizados. Cada família possuía os seus Elohim, como os Elohim de Abraão (Gn 20,13), os Elohim de Nacor (31,53), os Elohim do pai de Moisés (Ex 3,6) [...] Os grupos urbanos e as aldeias camponesas das montanhas e do sul de Judá possuíam praticamente a mesma cultura: eram cananeus, e os seus Deuses e Deusas eram as divindades do panteão cananeu, que, para o antigo Israel, podemos inclusive chamar de panteão cananeu-israelita: El, Elohim, Asherá, Baal, Astarte, Anat, entre outros. Não conheciam ainda o Deus Javé (Ex 6,3). Javé passará a ser conhecido e cultuado em Israel somente a partir dos anos 1050 a.C., poucos antes de Saul [...]” (Dietrich; Kaefler, 2022, p. 40, 54).

uma significativa pluralidade religiosa no Antigo Oriente Próximo, não um senso de exclusivismo religioso. Os canaanitas e os egípcios, por exemplo, eram politeístas (Walton, 2021); os israelitas eram conhecedores de Baal, El e Asherah (Smith, 2006, p. 167).

Por fim, em momento algum no capítulo dois, ou mesmo no seis, é registrado qualquer tipo de rejeição de Raabe aos deuses canaanitas. Pelo contrário, existe apenas o reconhecimento do poderio de YHWH e a certeza de que a promessa da conquista da terra será cumprida (Josué 6,2). Ou seja, é extremamente provável que Raabe tenha apenas incorporado mais um deus ao seu panteão de divindades. Assim, a possível acusação de genocídio religioso fica sem evidência concreta.

Ainda sobre Raabe, este artigo vai um pouco mais além. Talvez a narração da história da sua salvação tenha como propósito descrever todos sobreviventes na batalha de Jericó. Assim, o clã de Raabe seria um arquétipo de todos os habitantes canaanitas não militares que permaneceram vivos no dia da tomada do forte. Isso explicaria, por exemplo, a menção a “estrangeiros e naturais da terra” em Josué 8,33.

Por fim, há um último ponto a se avaliar na acusação de genocídio: “Então exterminaram tudo que havia na cidade — de homem a mulher, de criança a velho, inclusive boi, cordeiro e jumento — a fio de espada” (Josué 6,21).<sup>13</sup> Essa frase não seria uma clara evidência de um genocídio?

Como visto acima, o livro de Josué é uma contrapropaganda hagiográfica, que faz uso de retórica hiperbolizada. Essa expressão — “exterminaram tudo a fio de espada” — costumeiramente aparece nos textos do livro para enfatizar poder e supremacia total, mas não se pode interpretá-la literalmente. Há dois bons motivos para entender a afirmação como hipérbole. O primeiro é que, apesar do sucesso em cada campanha, o povo de Israel sempre retornava ao acampamento em Gilgal. Ora, se todos haviam sido mortos, por que deixar a terra vazia em vez de ocupá-la? Por que correr o risco de outro grupo tomar posse do terreno? A atitude de Israel só faz sentido se o texto for hiperbólico. Como Copan e Flannagan (2020, p. 111-112) destacam:

---

13 Proposta de tradução de Josué 6,21 — (Elliger; Rudolph, 1990, p. 362).

## GENOCÍDIO E XENOFOBIA EM JOSUÉ 6? UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE O RELATO DA CONQUISTA DE JERICÓ

Josué 6-11 enfatiza rítmica e repetidamente que Josué “passou todos os habitantes ao fio da espada” e “não deixou ali uma pessoa sequer”. A passagem, além disso, detalha lugares específicos em que isso ocorreu. Essa seção termina desta forma: “Assim, Josué tomou toda a terra, conforme tudo o que o Senhor havia dito a Moisés, e deu-a como herança a Israel, de acordo com as divisões de suas tribos. E a terra descansou da guerra” (11.23). No entanto, ao mesmo tempo, após toda batalha é enfatizado que Israel voltou ao acampamento em Gilgal. Assim, não houve nenhuma posse ou ocupação completas dessa região nesse momento.

Uma segunda razão é encontrada em Juízes 2,21, que diz: “também eu não expulsarei mais de diante deles nenhum dos povos que Josué deixou ficar quando morreu”.<sup>14</sup> Josué 11,23, entretanto, relata: “Assim Josué tomou toda a terra, conforme tudo que YHWH falara a Moisés. E Josué deu-a por herança a Israel, conforme suas divisões em suas tribos. Então a terra se aquietou da guerra”.<sup>15</sup> Ora, se o “fio da espada”, ou seja, a destruição total da população, foi um ato comum nas campanhas militares de Josué, como o livro de Juízes relata a existência de canaanitas vivos?

Dessa forma, conclui-se que interpretar a expressão “exterminar tudo a fio de espada” em caráter literal é um sério erro. O que ocorreu em Jericó foi uma conquista militar, uma batalha pela posse da terra. O narrador exacerba a vitória e usa da hipérbole para abrilhantar o feito de Josué — da mesma forma que os redatores neoassírios faziam nos confrontos militares de Senaqueribe. Assim, não houve mortes substanciais do grupo (uma vez que foram poucos os soldados mortos em Jericó) e nem impacto significativo no grupo como um todo (porque uma parte considerável dos canaanitas continuou vivendo em Canaã).

14 Proposta de tradução de Juízes 2,21 — (Elliger; Rudolph, 1990, p. 403)

15 Proposta de tradução de Josué 11,23 — (Elliger; Rudolph, 1990, p. 375).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou evidências comprobatórias para as acusações de xenofobia e genocídio em Josué 6. Buscando apoio nos estudos comparados e nas descobertas arqueológicas, avaliou-se em caráter panorâmico as cinco principais teorias da conquista, adotando, no final, alguns elementos da exposição de William Dever e seus pares.

Além disso, para compreender o texto do capítulo seis, observaram-se os contextos literário e político da redação do livro, os quais possuem semelhanças sensíveis com os outros textos do período. Por conseguinte, é perfeitamente cabível apontar Josué como uma hagiografia de estilo hiperbolizado.

Ao se deparar com os dois grandes problemas que motivaram este artigo, xenofobia e genocídio, Raabe foi peça-chave para indicar ausência dessas duas práticas abjetas durante a tomada do forte de Jericó. O livramento e a aceitação de uma taverneira estrangeira por parte dos israelitas, além, é claro, do pequeno número de mortos durante a conquista, inviabilizam as acusações feitas e devem ser levados em consideração quando o assunto for trazido à baila.

Por fim, este trabalho focou apenas no forte de Jericó, entretanto seria importante aprofundar a discussão sobre os temas de xenofobia e genocídio através da análise de outras narrativas de conquista no livro de Josué, por exemplo, a tomada de Ai (Josué 8).

## REFERÊNCIAS

BAUMANN, Gerlinde. *Entender as imagens divinas da violência no Antigo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2011.

BENÍTEZ, Milton Acosta. La Estela de Merneptah y la tasa de desempleo: ideología y teología en la historiografía de los orígenes de Israel. *Theologica Xaveriana*, Bogotá, v. 63, n. 176, p. 307-330, jul./dec. 2013. Disponível em: <<https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/teoxaveriana/issue/view/685>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BERLEJUNG, Angelika. The Ruins of Jericho (Joshua 6) and the Memorialization of Violence. In: AMMANN, Sonja et al. (Ed.). *Collective Violence and Memory in the Ancient Mediterranean*. Leiden: Brill, 2024. p. 21-55.

## GENOCÍDIO E XENOFOBIA EM JOSUÉ 6? UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE O RELATO DA CONQUISTA DE JERICÓ

BÍBLIA de Jerusalém. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952. Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio. Rio de Janeiro, 6 mai. 1952. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/atos/decretos/1952/d30822.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1952/d30822.html)>. Acesso em: 5 dez. 2023.

BRIGHT, John. *História de Israel*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 1980.

BOICE, James. *Comentário expositivo de Josué*. Brasília: Monergismo, 2020. *E-book*.

CAMPOS, Ricardo. O genocídio e a sua punição pelos tribunais internacionais. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 45, n. 178, p. 91-103, 2008. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496910>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

CHADE, Jamil. ONU: imigrante vive xenofobia no Brasil e desmonta mito de país acolhedor. *Uol*, São Paulo, 28 jun. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/06/28/onu-estrangeiro-vive-xenofobia-no-brasil-e-desmonta-mito-de-pais-acolhedor.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

COPAN, Paul; FLANNAGAN, Matthew. *Deus realmente ordenou o genocídio?* São Paulo: Vida Nova, 2020

DAWKINS, Richard. *Deus, um delírio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DEVER, William. *Who were the early israelites and where did they come from?* Grand Rapids, MI: Wm. B. Eerdmans Publishing, 2003. *E-book*.

DEVER, William. *Has archaeology buried the Bible?* Grand Rapids, MI: Wm. B. Eerdmans Publishing, 2020. *E-book*.

DIETRICH, L. José; KAEFER, J. Ademar. A formação do povo de Israel. In: NAKANOSE, Shigeyuki; DIETRICH, L. José (Orgs.). *Uma História de Israel: leitura crítica da Bíblia e arqueologia*. São Paulo: Paulus, 2022. p. 35-64.

DOZEMAN, T. B. *Joshua 1-12: A New Translation with Introduction and Commentary*. New Haven, CT: Yale University Press, 2015.

ELLIGER, Karl; RUDOLPH, Wilhelm. *Biblia Hebraica Stuttgartensia*. Editio funditus renovata. Vierte

verbesserte Auflage. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1990.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa, 2003.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia desenterrada*. São Paulo: Vozes, 2018.

HESS, Richard. The Jericho and Ai of the Book of Joshua. In: HESS, Richard; KLINGBEIL, Gerald; RAY JR., Paul J. *Critical issues in early israelite history*. State College, PA: Eisenbrauns, 2008. p. 33-46.

KAEFER, José Ademar. *Arqueologia das terras da Bíblia*. São Paulo: Paulus, 2012.

KAEFER, José Ademar. *As cartas de Tell el-Amarna e o contexto social e político de Canaã antes de Israel*. São Paulo: Paulus, 2020.

LONGMAN III, Tremper. *Confronting Old Testament Controversies*. Grand Rapids, MI: Baker Books, 2021. *E-book*.

MAZAR, Amihai. *Arqueologia na terra da Bíblia: 10.000-586 a.C.* São Paulo: Paulinas, 2003.

NIEHR, Herbert. O Livro de Josué. In: ZENGER, Erich et al. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 170-176.

NOLL, Kurt L. Deuteronomistic History or Deuteronomic Debate? *Journal for the Study of the Old Testament*, Thousand Oaks, CA, v. 31, n. 3, p. 311-345, 2007.

PEETZ, Melanie. *O Israel bíblico: história, arqueologia, geografia*. São Paulo: Paulinas, 2022.

PROVAN, Ian; LONG, V. Philips; LONGMAN III, Tremper. *Uma História Bíblica de Israel*. São Paulo: Vida Nova, 2016.

RÖMER, Thomas. *A chamada história deuteronomista*. São Paulo: Vozes, 2008.

RÖMER, Thomas. Josué. In: RÖMER, Thomas; MACCHI, Jean-Daniel; NIHAN, Christophe (Orgs.). *Antigo Testamento: história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2010. p. 306-321.

SAPIR-HEN, Lidar; BAR-OZ, Guy; GADOT, Yuval; FINKELSTEIN, Israel. Pig Husbandry in Iron Age Israel and Judah. New Insights Regarding the Origin of the “Taboo”. *Zeitschrift des Deutschen Palästina-Vereins*, Bonn, Bd. 129, H. 1, p. 1-20, 2013.

SAPIR-HEN, Lidar. Food, Pork Consumption, and Identity in Ancient Israel. *Near Eastern Archaeology*, Chicago, IL, Vol. 82, No. 1, p. 52-59, 2019.

# GENOCÍDIO E XENOFOBIA EM JOSUÉ 6? UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE O RELATO DA CONQUISTA DE JERICÓ

SAPIR-HEN, Lidar; UZIEL, Joe; CHALAF, Ortal. Everything But The Oink. On the Discovery of an Articulated Pig in Iron Age Jerusalem and Its Meaning to Judahite Consumption Practices. *Near Eastern Archaeology*, Chicago, IL, Vol. 84, No. 2, p. 110-119, 2021.

SCHULTZ, Carl. יְרִיכּוֹ (‘r) cidade. In: HARRIS, R. Laird; ARCHER, JR., Gleason L.; WALTKE, Bruce K. *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 1110-1112.

SMITH, Mark. *O memorial de Deus*. São Paulo: Paulus, 2006.

THOMPSON, J. A. *Deuteronômio: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova, 1982.

VAN SETERS, John. *Em Busca da História: historiografia no mundo antigo e as origens da história bíblica*. São Paulo: Edusp, 2008.

VAN SETERS, John. Joshua’s Campaign of Canaan and Near Eastern Historiography. *Scandinavian Journal of the Old Testament*, Copenhagen, v. 4, n. 2, p. 1-12, 1990.

WALTON, John. *O pensamento do Antigo Oriente Próximo e o Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2021. *E-book*.

WOLTERSTORFF, Nicholas. Reading Joshua. In: BERGMAN, Michael; MURRAY, Michael J.; REA, Michael C. (Orgs.). *Divine evil? The moral character of the God of Abraham*. New York, NY: Oxford University Press, 2010. p. 236-256.

YOUNGER, JR., K. L. *Ancient conquest accounts: a study in ancient Near Eastern and biblical history writing*. Sheffield, UK: Sheffield Academic Press, 1990.